MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO N.º 15/2016, DE 05 DE ABRIL DE 2016

Aprova o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regulamentares e, considerando a decisão do Conselho Superior na reunião do dia 05 de abril de 2016

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Atividades da Unidade de Auditoria Interna - PAINT - para o exercício de 2016, na forma do anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDUARDO ANTONIO MODENA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO

PLANO ANUAL

DE

ATIVIDADES

DA

AUDITORIA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2016

ÍNDICE

Página

I-APRESENTAÇÃO....3

II - OBJETIVOS....3

III - INSTITUIÇÃO....3

IV – COMPOSIÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA....16

V – FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT 2014....16

VI - CRONOGRAMA....17

VII - TIPOS DE AUDITORIAS A SEREM REALIZADAS....18

VIII – MÉTODO A SER APLICADO....18

IX - LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS....18

X – PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS....18

XI – ORÇAMENTO....18

XII – CONSIDERAÇÕES FINAIS....18

XIII – ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES DAS AÇÕES DE GOVERNO QUE SERÃO EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2016....19

XIV – ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS....25

XV – ANEXO III - AÇÕES PREVISTAS E SEUS OBJETIVOS....31

XVI – ANEXO IV – CÁLCULO DE HORAS INDIVIDUAIS ÚTEIS NO EXERCÍCIO DE 2014....37

I – APRESENTAÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – UADIN foi instituída por meio da Resolução nº 16, de 2 de julho de 2001, do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, em conformidade com o Decreto nº 3591, de 6 de setembro de 2000. O Regimento Interno foi aprovado pela Resolução nº 19, de 6 de novembro de 2001. Ela está instalada na Reitoria, situada na Rua Dr. Pedro Vicente, 625 – Canindé – São Paulo-SP.

A atual Chefe da Unidade de Auditoria Interna, a contadora **VANILDA PAIS DE LIMA**, foi designada para função de confiança de Coordenadora da Unidade de Auditoria Interna, a partir de 18 de fevereiro de 2002, de acordo com a Portaria nº 49, de 8 de fevereiro de 2002, sendo alterada pela Portaria nº 312, de 1 de agosto de 2002, para a função gratificada de Chefe da Unidade de Auditoria Interna e para o Cargo de Direção, a partir de 5 de setembro de 2006, de acordo com a Portaria nº 819, de 4 de outubro de 2006.

II – OBJETIVOS

A Unidade de Auditoria Interna do IFSP é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFSP e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente, e está vinculada ao Conselho Superior.

O objetivo geral da Unidade de Auditoria Interna é avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos e de controles internos integrados ao ambiente, de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da Instituição no cumprimento dos seus objetivos.

As atividades da Unidade de Auditoria Interna consistem em:

- Assessorar os dirigentes no acompanhamento dos programas de governo, visando comprovar a execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento.
- Verificar a execução do orçamento, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente.
- Verificar a legalidade dos atos de gestão e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos e operacional.
- Acompanhar o fiel cumprimento das leis, das normas, dos regulamentos, das instruções normativas, dos regimentos e das resoluções do Conselho Superior.
- Acompanhar a implementação das recomendações da Unidade de Auditoria Interna.

III - INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP é uma autarquia federal de ensino. Fundada em 1909, como Escola de Aprendizes e Artífices, a Instituição é reconhecida por sua excelência no ensino público de qualidade. Tem atuação prioritária na oferta de Educação Tecnológica nos seus diversos níveis e atua, ainda, na formação de professores, tecnólogos e engenheiros. Além disso, oferece o ensino médio, cursos técnicos profissionalizantes e, também, atua na pesquisa tecnológica.

Durante seus 102 anos de história, recebeu, também, os nomes de Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Quando se transformou em Instituto, em dezembro de 2008, equiparou-se a universidade, destacando-se por sua autonomia.

A partir daí o Instituto Federal de São Paulo destina 50% das vagas para os cursos técnicos e, no mínimo, 20% das vagas para os cursos de licenciatura, inclusive nas áreas de Ciências e de Matemática. Além do mais, continuará oferecendo cursos de formação inicial e continuada, tecnologias, engenharias e pós-graduação.

O IFSP está organizado em estrutura multicampi, com 29 campi e 13 pólos distribuídos em diversas cidades do estado de São Paulo. A Instituição conta hoje com aproximadamente 20 mil alunos matriculados em

cursos de longa duração. Os cursos oferecidos são de níveis técnicos, tecnológicos, licenciaturas, engenharias, formação inicial e continuada, especialização e mestrado. Há, ainda, os de curta duração.

Além da oferta regular de cursos, o IFSP desenvolve programas de qualificação vinculados à recuperação de escolaridade de adultos e, também, de treinamento e capacitação, por meio de convênios com diversas instituições públicas e privadas.

Em 1987, a Escola Técnica Federal de São Paulo inaugurou a primeira unidade de ensino descentralizada, localizada no município de Cubatão, Litoral Paulista. Em 1996, foi inaugurada a segunda unidade, em Sertãozinho, no interior do Estado. Dando continuidade à política de crescimento, foi inaugurada a Unidade Descentralizada de Guarulhos, em 2005, e as unidades de Caraguatatuba e São João da Boa Vista em 2006. As unidades de Bragança Paulista e de Salto foram inauguradas em 2007. Já em 2008, inauguraram as unidades de São Roque e São Carlos, em 2009 o Câmpus de Campos de Jordão, em 2010 os Câmpus Araraquara, Barretos, Birigui, Boituva, Capivari, Itapetininga, Matão, Piracicaba e Suzano em 2011 os Câmpus Avaré, Hortolândia, Presidente Epitácio e Votuporanga e em 2012 Câmpus Registro e São José dos Campos e Assis – Núcleo Avançado e em 2013 o *Campus* Campinas. Em 2014 *Campus* Jacareí e Câmpus Avançados Araras, Jundiaí e Sorocaba em 2014. Em 2015 Câmpus Ubatuba. Previsão para o exercício de 2016 os Câmpus Itaquaquecetuba e Pirituba e os Câmpus Avançados Ilha Solteira, Jundiaí, Tupã e Sorocaba.

A FUNÇÃO SOCIAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem como função social realizar a educação que promove o desenvolvimento social de seus alunos, formando um profissional cada vez mais versátil, capaz de se adaptar às rápidas mudanças tecnológicas, que caracterizam a era de revoluções tecnológicas. As suas ações apontam para a formação social e crítica do cidadão, proporcionando-lhe formas de intervir no processo de cultura e conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias.

MISSÃO

O IFSP, historicamente, se constitui como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída a partir de referenciais ético-políticos, científicos e tecnológicos, presentes nos seus princípios e diretrizes de atuação. Isso reflete na opção da Instituição em abarcar diversas demandas da sociedade, incluindo a escolarização daqueles que, no contexto da vida, não participaram das etapas regulares de aprendizagem.

Acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino, do trabalho e da perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, o IFSP busca construir uma praxe educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento.

OBJETIVOS

O objetivo do ensino ministrado pelo IFSP é:

I - Ministrar cursos de formação inicial e continuada, incluídos os de iniciação, aperfeiçoamento e atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino.

II - Ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica.

III – Ministrar ensino médio, observando a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio.

IV – Ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia.

V - Ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica.

VI - ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica.

VII - ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica.
VIII - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade.
IX - estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo.
X - estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional.
XI - promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

CURSOS QUE SERÃO OFERECIDOS EM 2016

CÂMPUS ARARAQUARA

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Informática
- Técnico em Mecânica

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQUENTE

- Técnico em Mecatrônica

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Mecatrônica Industrial
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Licenciatura em Física
- Licenciatura em Matemática

CÂMPUS AVARÉ

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Agroindústria
- Técnico em Lazer
- Técnico em Mecatrônica

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQUENTE

- Técnico em Agroindústria
- Técnico em Eventos
- Técnico em Mecânica

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Agronegócio
- Licenciatura em Ciências Biológicas

CÂMPUS BARRETOS

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Alimentos
- Técnico em Informática
- Técnico em Agropecuária

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQUENTE

- Técnico em Agronegócio
- Técnico em Eventos

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Gestão de Turismo
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Licenciatura em Ciências Biológicas

CÂMPUS BIRIGUI

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Informática
- Técnico em Administração

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQUENTE

- Técnico em Administração
- Técnico em Automação Industrial

ENSINO SUPERIOR

- Licenciatura em Matemática
- Licenciatura em Física
- Tecnologia em Sistemas para Internet
- Tecnologia em Mecatrônica Industrial
- Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica.

CÂMPUS BOITUVA

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Redes de Computadores
- Técnico em Automação Industrial

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQUENTE

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Logística

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

PÓS-GRADUAÇÃO - MODALIDADE EUCAÇÃO A DISTÂNCIA

- *Lato Sensu* em Gestão de Tecnologia da Informação

CÂMPUS BRAGANÇA PAULISTA

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Eletroeletrônica
- Técnico em Informática

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQUENTE

- Técnico em Mecatrônica

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Eletrônica Industrial
- Tecnologia em Mecatrônica Industrial
- Licenciatura em Matemática

CÂMPUS CAMPINAS

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSEQUENTE

- Técnico em Eletroeletrônica

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

PÓS-GRADUAÇÃO

- *Lato Sensu* em Sistemas Microeletrônicos

CÂMPUS CAMPOS DE JORDÃO

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico de Edificações
- Técnico em Eventos
- Técnico em Hospedagem

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Licenciatura em Matemática

CÂMPUS CAPIVARI

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Informática

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Química

ENSINO SUPERIOR

- Licenciatura em Química
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Processos Químicos

PÓS-GRADUAÇÃO

- *Lato Sensu* em Química
- *Lato Sensu* em Informática

CÂMPUS CARAGUATATUBA

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Administração
- Técnico em Edificações

- Técnico em Informática para Internet

ENSINO SUPERIOR

- Engenharia Civil
- Licenciatura em Matemática
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Processos Gerenciais

CÂMPUS CATANDUVA

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Mecatrônica
- Técnico em Química
- Técnico em Redes de Computadores

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Fabricação Mecânica

ENSINO SUPERIOR

- Licenciatura em Química
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Mecatrônica Industrial

CÂMPUS CUBATÃO

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Informática

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Automação Industrial

ENSINO SUPERIOR

- Licenciatura em Matemática
- Tecnologia em Automação Industrial
- Tecnologia em Gestão de Turismo
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

CÂMPUS GUARULHOS

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Informática para Internet

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Automação Industrial
- Licenciatura em Matemática

CÂMPUS HORTOLÂNDIA

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Mecânica

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Fabricação Mecânica
- Técnico em Eletroeletrônica

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

CÂMPUS ITAPETININGA

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico Manutenção e Suporte em Informática
- Técnico em Mecânica.
- Técnico em Edificações

ENSINO SUPERIOR

- Licenciatura em Física
- Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica.

CÂMPUS JACAREÍ

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Administração
- Técnico em Design de Interiores
- Técnico em Logística

CÂMPUS MATÃO

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Alimentos
- Técnico em Açúcar e Álcool

ENSINO SUPERIOR

- Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica.
- Licenciatura em Química
- Tecnologia em Alimentos
- Tecnologia em Bicombustíveis

CÂMPUS PIRACICABA

ENSINO SUPERIOR

- Bacharelado em Engenharia Mecânica
- Licenciatura em Física
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

- Tecnologia em Automação Industrial

CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO
ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Administração
- Técnico em Edificações
- Técnico em Eletrotécnica

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

CÂMPUS REGISTRO
ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Mecatrônica

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Edificações
- Técnico em Logística
- Técnico em Mecatrônica

PÓS-GRADUAÇÃO - MODALIDADE EUCAÇÃO A DISTÂNCIA

- *Lato Sensu* em Metodologia de Ensino de Matemática

CÂMPUS SALTO
ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Informática

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Informática

ENSINO SUPERIOR

- Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica.
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Gestão da Produção Industrial

PÓS-GRADUAÇÃO

- *Lato Sensu* em Temas Transversais

CÂMPUS SÃO CARLOS
ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Qualidade

ENSINO SUPERIOR

- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Manutenção de Aeronaves

- Tecnologia em Processos Gerenciais

PÓS-GRADUAÇÃO

- *Lato Sensu* em Desenvolvimento para Dispositivos Móveis

CÂMPUS SÃO JOÃO DA BOA VISTA
ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico Integrado em Eletrônica
- Técnico Integrado em Informática

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Administração
- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Química
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática

ENSINO SUPERIOR

- Engenharia de Controle e Automação.
- Tecnologia em Eletrônica Industrial
- Tecnologia em Sistemas para Internet.

PÓS-GRADUAÇÃO

- *Lato Sensu* em Sistema de Controle Industrial

CÂMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Mecânica
- Técnico em Eletrotécnica

ENSINO SUPERIOR

- Licenciatura em Química
- Licenciatura em Matemática

PÓS-GRADUAÇÃO

- *Lato Sensu* em Engenharia 3

CÂMPUS SÃO PAULO
ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Eletrônica
- Técnico em Informática
- Técnico em Mecânica

ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Edificações
- Técnico em Eletrotécnica

- Técnico em Telecomunicações

ENSINO SUPERIOR

- Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
- Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica.
- Engenharia Civil
- Engenharia em Controle e Automação
- Engenharia de Produção
- Engenharia Eletrônica
- Licenciatura em Física
- Licenciatura em Geografia
- Licenciatura em Letras
- Licenciatura Química
- Licenciatura em Matemática
- Licenciatura em Ciências Biológicas
- Licenciatura em Ciências da Natureza
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Tecnologia em Automação Industrial
- Tecnologia em Construção de Edifícios
- Tecnologia em Gestão da Produção Industrial
- Tecnologia em Gestão de Turismo
- Tecnologia em Processos Gerenciais
- Tecnologia em Sistemas Elétricos
- Tecnologia em Sistemas Eletrônicos

PÓS-GRADUAÇÃO

- *Lato Sensu* em Especialização em Energia
- *Lato Sensu* em Tradução e Interpretação da Libras
- *Sctrito Sensu* Mestrado Acadêmico - Profissional em Educação de Jovens e Adultos
- *Doutorado em Materiais e Processos de Fabricação Mecânica*
- *Doutorado em Controle e Automação*

CÂMPUS SÃO ROQUE

ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração
- Técnico em Alimentos

ENSINO SUPERIOR

- Bacharelado em Administração
- Licenciatura em Ciências Biológicas.
- Tecnologia em Gestão Ambiental
- Tecnologia em Viticultura e Enologia

PÓS-GRADUAÇÃO

- *Lato Sensu* em Meio Ambiente

CÂMPUS SERTÃOZINHO
ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Automação Industrial.
- Técnico em Química.

ENSINO SUPERIOR

- Engenharia Mecânica
- Licenciatura em Química
- Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica.
- Tecnologia em Automação Industrial.
- Tecnologia em Fabricação Mecânica
- Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos

CÂMPUS SUZANO
ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Administração
- Técnico em Automação Industrial
- Técnico em Eletroeletrônica

ENSINO SUPERIOR

- Licenciatura em Química
- Tecnologia em Processos Químicos
- Tecnologia em Logística
- Tecnologia em Mecatrônica Industrial

CÂMPUS VOTUPORANGA
ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Eletrotécnica
- Técnico em Mecânica

ENSINO SUPERIOR

- Engenharia Civil
- Licenciatura em Física
- Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

CÂMPUS AVANÇADOS
JUNDIAÍ
ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Comércio

SOROCABA
ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Administração

MODALIDADE EUCAÇÃO A DISTÂNCIA
POLO ARARAS

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração

POLO AVARÉ

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração
- Técnico em Informática para Internet

POLO BARRETOS

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração

POLO BOITUVA

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração

POLO CAPIVARI

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração

POLO DIADEMA

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Informática pra Internet

POLO FRANCA

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Serviços Públicos

POLO GUAÍRA

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Serviços Públicos

POLO GUARATINGUETÁ

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração

POLO ITAPETININGA

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Serviços Públicos

POLO JACAREÍ

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Informática para Internet

POLO JUNDIAÍ

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Informática para Internet

POLO REGISTRO
ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Informática para Internet

POLO SÃO JOÃO DA BOA VISTA
ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE OU SUBSQUENTE

- Técnico em Administração
- Técnico em Informática para Internet

ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração

POLO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Administração

POLO SÃO ROQUE
ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Serviços Públicos

POLO VIRADOURO
ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Serviços Públicos

POLO VOTUPORANGA
ENSINO TÉCNICO SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

- Técnico em Serviços Públicos

PARCERIA SECRETARIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CÂMPUS BARRETOS

- Técnico em Agropecuária
- Técnico em Alimentos
- Técnico em Informática

CÂMPUS BRANGANÇA PAULISTA

- Técnico em Informática
- Técnico em Mecânica

CÂMPUS CAPIVARI

- Técnico em Química
- Técnico em Informática

CÂMPUS CATANDUVA

- Técnico em Redes de Computadores
- Técnico em Mecatrônica
- Técnico em Química

CÂMPUS ITAPETININGA

- Técnico em Eletromecânica

CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO

- Técnico em Informática

CÂMPUS SÃO ROQUE

- Técnico em Administração

CÂMPUS SÃO CARLOS

- Técnico Informática para Internet

CÂMPUS VOTUPORANGA

- Técnico em Edificações
- Técnico em Mecatrônica
- Técnico em MSI

IV - COMPOSIÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Nome	Função/Cargo
Vanilda Pais de Lima	Chefe/Contador
Nuemis Francisco	Contador
Alessandra Vaz Ferreira	Auditor
Carina Ribeiro de Castro	Auditor
Eliane Gomes de Oliveira	Assistente de Administração

Para auxiliar nas atividades de auditoria, a equipe utilizará os seguintes sistemas informatizados: SIAFI, SIAFI GERENCIAL, SIAPE, SIMEC, SIORG, SCP, SCDP e Sistema de Trilha de Auditoria. Os trabalhos serão realizados com base nos dados desses sistemas, além de realizar pesquisa na Internet, principalmente no próprio site do TCU. Já os trabalhos de campo serão elaborados por meio de papéis de trabalho, que auxiliarão na triagem das informações relevantes.

V - FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAINT/2016.

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna foi elaborado conforme a Instrução Normativa n.º 7, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Instrução Normativa n.º 9, de 14 de novembro de 2007, da Controladoria Geral da União, abordando os itens contidos no artigo 2º. da Instrução Normativa n.º 01, de 03 de janeiro de 2007, da Controladoria Geral da União. Para sua elaboração, considerou-se os planos, metas e objetivos do IFSP, bem como os seus programas e ações definidos no orçamento, além de considerar a legislação aplicável.

O Planejamento dos trabalhos da Auditoria foi pautado também pelos seguintes fatores:
- quadro efetivo do pessoal lotado na auditoria interna;
- materialidade, baseada no volume da área em exame;
- observações efetuadas no transcorrer do exercício;
- grau de risco pelas verbas orçamentárias destinadas;
- planos, metas, objetivos e programas executados pelo IFSP;
- diligências da UADIN pendentes de implantações;
- diligências dos controles externos pendentes de implantações.

Os trabalhos de auditoria contemplarão as seguintes áreas relacionadas a seguir:

- Controles da Gestão
  - Atuação do TCU
  - Atuação da CGU
  - Atuação do IFSP
  - Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- Gestão Financeira
  - Suprimentos de Fundos/Cartão Corporativo
- Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços
  - Processos Licitatórios
  - Contratos
- Gestão de Pessoas
  - Adicionais de Insalubridade e Periculosidade
  - Assistência Médica e Odontológica aos servidores e seus dependentes.
- Gestão Operacional
  - Auditoria de Gestão de Extensão.
- Reserva Técnica
  - Assessoramento e orientações
  - Elaboração de Programas de Trabalho e normas regulamentadoras de atividades da Unidade de Auditoria Interna.
  - Ações que tenham extrapolado a previsão do exercício anterior.

Será efetuada a análise prévia dos processos, por amostragem, dos quais serão selecionados os considerados relevantes e que dispõem de algum grau de risco e que possam afetar os agentes públicos.
Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de alguns fatores externos, em relação ao programado, tais como: treinamentos; atendimento ao TCU, à CGU, ao Conselho Superior, ao Reitor e aos diretores dos câmpus.

E para o desempenho das atividades, serão adotados os seguintes parâmetros:
Tipo de auditoria: auditoria operacional, no sentido de acompanhar a verificação da adoção dos procedimentos sugeridos para correção de eventuais falhas; auditoria na área contábil, para identificar a adequação dos registros e procedimentos contábeis; e auditoria de gestão, para verificar a aplicação das políticas públicas definidas pelo Governo Federal.

VI - CRONOGRAMA

Período de exame: O período será de janeiro a dezembro de 2016, ou até a data de fechamento do último mês do exercício financeiro.
Equipe: Atualmente, ela é composta por cinco servidores, cuja respectiva carga horária constará no Cronograma Anual do PAINT, conforme ANEXO III.
Para as auditorias operacional e de conformidade a carga horária será distribuída da seguinte forma:
Homens x hora: 3 servidores = 6 horas x 648 dias úteis = 3888 horas + 2 servidores = 8 horas x 428 dias úteis = 3.424 horas, totalizando 7.312 horas, já descontados os sábados, domingos, feriados e os dias em férias, conforme o ANEXO IV.
Nas horas destinadas a cada ação, está incluso o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos, coleta e análise de dados aplicados por meio do método de amostragem, leitura e interpretação da legislação pertinente, elaboração das solicitações de auditoria, dos registros das constatações de auditoria, das notas de auditoria e dos relatórios apontando os pontos positivos e negativos de auditoria e suas as devidas recomendações.

VII- TIPOS DE AUDITORIAS A SEREM REALIZADAS

No decorrer de 2016, poderão ser realizadas as auditorias classificadas em:

- Auditoria Operacional
- Auditoria de Conformidade
- Auditoria de Acompanhamento.

VIII- MÉTODO A SER APLICADO

Será empregado o método de amostragem nas ações cujo universo de processos seja significativo, em função da necessidade de obtenção de informações em tempo hábil.

Efetivos recursos disponíveis e nível de treinamento dos servidores da Unidade de Auditoria Interna.

Abrangência das áreas de exame comparada ao tempo necessário para execução das atividades.

No cálculo de homens-hora, está incluído o tempo necessário para planejamento, execução e elaboração de relatório.

IX- LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos de auditoria, em 2016, serão desenvolvidos na cidade de São Paulo e nas cidades do interior do Estado de São Paulo, onde o IFSP possui seus câmpus descentralizados, no que se refere às execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

X - PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

Os procedimentos específicos de cada rotina de auditoria serão definidos nos Planejamentos de Auditoria e nos Papéis de Trabalho elaborados pela Unidade de Auditoria Interna do IFSP.

XI – ORÇAMENTO

Para o exercício de 2016, o orçamento previsto é de R$ 60.000,00, nos seguintes elementos:

CONTA	Valor
Diárias	R$20.000,00
Passagens	R$20.000,00
Treinamentos	R$ 20.000,00

XII- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Auditoria Interna dará a assistência necessária aos auditores da CGU e do TCU, quando visitarem a Instituição, bem como acompanhará as recomendações efetuadas por ambos, informando aos órgãos competentes sobre seus resultados.

Para cumprir com o que estabelece à Instrução Normativa nº 07, de 29 de dezembro de 2006, da Controladoria Geral da União, a Auditoria Interna encaminhará à Controladoria Regional da União, no Estado de São Paulo, em até 60 (sessenta) dias após a edição dos relatórios das auditorias realizadas e também ao final do exercício, o relatório anual das atividades de auditoria interna que será emitido, e encaminhado ao reitor, submetendo à apreciação do Conselho Superior.

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores que prejudiquem a sua realização no período estipulado, tais como: treinamentos, trabalhos especiais, atendimento ao Tribunal de Contas da União - TCU, Controladoria-Geral da União – CGU, à Reitoria e à solicitação de alguns setores.

São Paulo, 31 de outubro de 2015.

VANILDA PAIS DE LIMA
CHEFE DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

XIII - ANEXO I

Demonstramos abaixo as Ações de Governo que serão executadas no exercício de 2016, com a finalidade e descrição que irão subsidiar na elaboração da matriz de risco de cada ação a ser considerada:

Programa 0089 – Previdências de Inativos e Pensionistas da União

Finalidade: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

Descrição: Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.

Base Legal: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Programa 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais.

Finalidade: Contribuir financeiramente com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – CONIF para o intercâmbio de informações e políticas voltadas para a educação.

A contribuição visa garantir a participação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no CONIF, instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação.

Base Legal: Constituição Federal, LDO e Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2009.

Programa 2080 – Educação de Qualidade para todos.

Ação 20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Finalidade: Ampliar, reorganizar, modernizar e integrar as unidades vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.

Descrição: Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios pelas Instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.892/08 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.

Base Legal da Ação: CF/88, Capítulo III, Seção I Lei nº 9394, de 0/12/96; Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004; Lei nº 1.892/2008; Decretos 7.311, 7.312 e 7.313/2010.

Ação 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Finalidade: Garantir o funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.

Descrição: Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividade

Base Legal da Ação: CF/88, Capítulo III, Seção I Lei nº 9394, de 20/12/96; Parecer CNE /CEB nº 17/97; Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004; Parecer CNE/CEB nº 39/2004; Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.
Lei nº 11.892/2008 e Decretos 7.311, 7.312 e 7.313/2010.

Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica
Finalidade: Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola.
Descrição: Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Base Legal da Ação: Constituição Federal; Lei nº 9.394/96 (LDB); Decreto 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; Lei 9613/46; Resolução CEB/CNE nº 01/2005.

2109 – Programas de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993).
Descrição: Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
Base Legal da Ação: Inciso IV, do art. 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990; art. 3 º do Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993 e demais legislações específicas.

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares
Finalidade: Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
Descrição: Concessão do benefício de assistência pré-escolar, pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.
Base Legal da Ação art. 230, Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Geral); Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 (Executivo) e demais legislações específicas.

Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Finalidade: Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Descrição: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro

de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício, por intermédio dessa ação, não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.
Base legal da ação: Lei 7.418/85; - Decreto nº 2.880/1998; - Medida Provisória nº 2.165/2001.

Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.
Descrição: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.
Base Legal da Ação: Lei 9.527, de 10 de dezembro de 1997, Lei 8.460, de 17 de setembro de 1992 e decreto 3.887, de 16 de agosto de 2001.

Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União
Finalidade: Garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.
Descrição: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.
Base Legal da Ação: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e CLT.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoa.
Base Legal da Ação: Decreto nº 5.979/2006.

Ação 00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade
Finalidade: Assegurar o pagamento dos benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade
Descrição: Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.
Base Legal da Ação: Arts. 196 e 226 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980; arts. 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Finalidade: Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações, para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Descrição: Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Base Legal da Ação: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

PROGRAMA/AÇÃO/ATIVIDADE	VALOR (R$)	%
Programa *0089 – Previdências de Inativos e Pensionistas da União*	*40.727.401,00*	
Ação 0181 – Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo	40.727.401,00	7,36
Programa *0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais*	*80.951,00*	
Ação 00OL – Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica		
Atividade 0035 - No Estado de São Paulo	80.951,00	0,02
Programa *2080 – Educação de Qualidade para Todos*	*122.045.861,00*	
Ação 20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo - Projeto viabilizado – (unidade) – 43	5.716.824,00	1,03
Ação 20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo - Aluno matriculado (unidade) – 34.000	99.146.899,00	17,91
Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo - Beneficio Concedido (unidade) – 12.060	17.182.138,00	3,10
Programa *2109 – Programas de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação*	*390.724.068,00*	
Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo	4.560.000,00	0,82
Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis,		

Empregados e Militares		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo	600.000,00	0,11
Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo	2.400.000,00	0,43
Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo	15.600.000,00	2,82
Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo	305.965.497,00	55,27
Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo - Servidor Capacitado (unidade) 1.300	1.981,868,00	0,36
Ação 00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo	96.372,00	0,02
Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		
Atividade 0035 – No Estado de São Paulo	59.520.331,00	10,75
TOTAL GERAL	**553.578.281,00**	**100**

MAPEAMENTO, HIERARQUIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES QUE SERÃO ACOMPANHADAS:

1. Mapeamento de Atividades

Para a realização do mapeamento de atividades, foram levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a Unidade de Auditoria Interna.

2. Hierarquização de Atividades

Para viabilizar a hierarquização de atividades, foi levado em consideração o mapeamento do item anterior, analisando a materialidade, a relevância e a criticidade de cada ação, conforme critérios detalhados a seguir:

MATERIALIDADE – A materialidade refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle de objeto dos exames de auditoria ou fiscalização.

É apurada com base no orçamento, ou seja, o porcentual é aplicado sobre o orçamento.

Logo, X = Orçamento.

Hierarquização pela Materialidade ocorre da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	INTERVALDO			PESOS
Muito Alta		X>	25%	3
Alta	10%	<X<	25%	2
Média	1%	<X<	10%	2
Baixo	0,1%	<X<	1%	1
Muito Baixo		X<	0,1%	1

RELEVÂNCIA – A relevância significa a importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existente em um dado contexto. Portanto, hierarquização pela relevância se dá pela análise dos programas, ações e atividades no contexto do objetivo delineado, ainda que não sejam material ou economicamente significativos, quanto aos seguintes aspectos:

1- Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da Instituição.
2- Atividade pertencente ao Planejamento Estratégico da Instituição.
3- Atividades que possam comprometer a imagem da Instituição
4- Programas prioritários.

Hierarquização da Relevância, foi utilizado os seguintes termos:

DESCRIÇÃO	INTERVALO	PESOS
Essencial	Alto impacto nos itens 1,2,3 e 4	3
Relevante	Médio impacto nos itens 1,2,3 e 4	2
Coadjuvante	Baixo impacto nos itens 1,2,3 e 4	1

CRITICIDADE: A criticidade representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a serem auditadas ou fiscalizadas, identificadas em uma determinada unidade ou programa.
Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes, das trilhas de auditoria ou fiscalização.
Deve-se levar em consideração o valor relativo de cada situação indesejada.
A criticidade é, ainda, a condição imprópria por ilegalidade, por ineficiência ou por ineficácia, de uma situação gestional. Expressa a não-aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados.
Representa o perfil organizado por área, dos pontos fracos de uma organização.

A hierarquização pela criticidade está representada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS	PESOS
ALTA CRITICIDADE	- Com recomendações frequentes em relatórios de auditoria externa (TCU/CGU) e interna (Unidade de Auditoria Interna – UADIN); - Demandas pontuais emanadas pela CGU. - Atividade descentralizada realizada por Unidade Gestora que pertencem à Instituição. - Falhas desconhecidas nos controles internos da Instituição.	3
MÉDIA CRITICIDADE	- Falha/Falta conhecida nos controles internos da Instituição. - Áreas que não foram auditadas. - Áreas que foram auditadas há muito tempo.	2
BAIXA CRITICIDADE	- Áreas auditadas e sem recomendações dos órgãos de controle (TCU, CGU e UADIN). - Atividade não descentralizada. - Áreas que foram auditadas há pouco tempo.	1

XIV - ANEXO II: MATRIZ DE RISCOS

Orçamento/ 2016	R$553.578.281,00

CLASSIFICAÇÃO (Mapeamento para Matriz de Risco)

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Descrição	Valor em R$	%							
Ação: 0089. 0181- Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	40.727.401,00	7,36	Média	2	Coadjuvante	1	**Média dos critérios**	**2**	5
							06 a 12 meses	1	
							Atividade não Descentralizada	1	
							Falhas de controles internos conhecidos	2	

PROGRAMA 0910-PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Descrição	Valor em R$	%							
Ação: 0910.00OL – Contribuição ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF	80.951,00	0,02	Muito Baixo	1	Coadjuvante	1	**Média dos critérios**	**1**	3
							Atividade não descentralizada	1	
							Área nunca auditada	2	

PROGRAMA 2080 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS									
Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Descrição	Valor em R$	%							
Ação: 2080.20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	5.716.824,00	1,03	Média	2	Essencial	3	**Média dos critérios**	2	7
							Acima de 06 meses	1	
							Atividade Descentralizada	3	
							Falhas de Controles internos Conhecidas	2	
							Com recomendações frequentes em Acórdãos do TCU.	3	
Ação: 2080.20RL – Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	99.146.899,00	17,91	Alta	2	Essencial	3	**Média dos critérios**	3	8
							Acima de 06 meses	1	
							Atividade descentralizada	3	
							Falhas de Controles internos Conhecidas	2	
Ação: 2031.2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	17.182.138,00	3,10	Média	2	Essencial	3	**Média dos critérios**	2	7
							Área está sendo auditada	1	
							Atividade Descentralizada	3	

							Falhas de Controles internos Conhecidas	2	
PROGRAMA 2109 – GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO									
Ação Governamental			Materialidade		Relevância		Criticidade		Resultado da Matriz de Risco
Descrição	Valor em R$	%							
Ação: 2109.2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	4.560.000,00	0,82	Baixo	1	Relevante	2	**Média dos critérios**	3	6
							Falhas de Controles Internos Desconhecidos	3	
							Atividade descentralizada	3	
							Área nunca auditada	2	
AÇÃO: 2109.2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	600.000,00	0,11	Baixo	1	Coadjuvante	1	**Média dos critérios**	3	5
							Atividade Descentralizada	3	
							Falhas de Controles Internos Desconhecidos	3	
							Área nunca auditada	2	
Ação: 2109.2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.400.000,00	0,43	Baixo	1	Relevante	2	**Média dos Critérios**	2	5
							Área está sendo auditada	1	
							Atividades descentralizadas	1	

							Falhas de Controles Internos desconhecidas	3	
Ação: 2109.2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	15.600.000,00	2,82	Média	2	Relevante	2	**Média dos Critérios**	**2**	6
							Atividade não descentralizada	1	
							Falhas de Controles desconhecidas	3	
							Área nunca auditada	2	
Ação: 2109.20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União	305.965.497,00	55,27	Muito Alta	3	Essencial	3	**Média dos Critérios**	**3**	9
							Acima de 3 meses	3	
							Atividades descentralizadas	3	
							Falhas de Controles Internos Conhecidas	2	
							Com freqüentes Falhas de Auditoria/CGU	3	
Ação: 2109.4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.981.868,00	0,36	Baixo	1	Essencial	3	**Média dos Critérios**	**2**	6
							Acima de 36 meses	2	
							Atividades descentralizadas	3	
							Falhas de Controles Internos Conhecidas	2	

Ação: 2109.00M1 – Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	96.372,00	0,02	Muito Baixo	1	Coadjuvante	1	**Média dos Critérios**	**1**	3
							Falhas de Controles Internos desconhecidas	2	
							Atividades não descentralizadas	1	
							Área nunca auditada	1	
Ação: 2109.09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Federais	59.520.331,00	10,75	Alta	2	Coadjuvante	1	**Média dos Critérios**	**2**	5
							Falhas de Controles Internos desconhecidas	2	
							Atividades não descentralizadas	1	
							Área nunca auditada	2	

3. Priorização de Atividades

Após o mapeamento e hierarquização das ações orçamentárias foi possível visualizar aquelas que deveriam ser priorizadas quando da atuação dessa Unidade de Auditoria Interna.

As ações priorizadas foram aquelas cuja pontuação foi igual ou superior a 06 (seis) pontos, conforme o quadro abaixo:

PROGRAMA	AÇÃO	VALOR (R$)	PONTUAÇÃO
2109 Programas de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	**Ação 20TP** – Pagamento de Pessoal Ativo da União	305.965497,00	*9*
2080 Educação de Qualidade para todos	**Ação 20RL** – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	99.146.899,00	8
	Ação 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	5.716. 824,00	7
2109 Programas de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	**Ação 2004** - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	4.560.000,00	6
		415.389.220,00	

- A ação 2994 – Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica obteve resultado 7 na matriz de risco, porém, não foi selecionada porque temos trabalhos de auditoria em execução.

- As pontuações das ações 2004, 2012 e 4572 obtiveram resultados 6 na matriz de risco. Foi selecionada a Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes pelo o critério de criticidade, por ter sido superior as demais ações e também por existir mais vulnerabilidade.

São Paulo, 31 de outubro de 2015.

VANILDA PAIS DE LIMA
CHEFE DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

XV - ANEXO III

I - AÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PREVISTAS E SEUS OBJETIVOS

Considerando a implantação de 29 câmpus e a amplitude das demandas em função da descentralização orçamentárias, financeira, patrimonial e contábil dos câmpus, ficando sob a responsabilidade da execução dos seus orçamentos, estamos realizando os trabalhos de auditoria mais enfocados, com o objetivo de identificar se há fragilidades nos controles internos devido à admissão de servidores que desconhecem as legislações vigentes, à falta de práticas administrativas e das rotinas que tornam os processos com retrabalho, devido também à complexidade de cada assunto e à disponibilidade operacional da equipe de auditoria, que tem número insuficiente, de cinco servidoras, sendo três que executam os trabalhos de auditoria, portanto, se torna improvável um efetivo atendimento e cobertura de todas as gestões exigidas no Ofício n.º 32595/DSEDU/I/DS/SFC/CGU-PR, DE 31/10/2012, da Secretaria Federal de Controle Interno, que são: Avaliação da Estrutura de Controles Internos; Avaliação da Aderência aos Critérios de Sustentabilidade Ambiental; Avaliação sobre a Gestão de Tecnologia da Informação; Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios; Avaliação da Gestão de Uso dos Cartões de Pagamento; Avaliação sobre a Gestão de Patrimônio Imobiliário e Avaliação da Situação das Transferências Realizadas.

Por essa razão, dividimos pela metade a quantidade de câmpus que serão auditados no exercício de 2016, para melhor exames e profundidade dos processos. O critério utilizado para escolha dos câmpus foi a menor distância entre eles, para melhor logística e menor custo. Seguem os nomes dos Câmpus: Araraquara, Bragança Paulista, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Jacareí, Registro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São Paulo, São Roque e Suzano. No exercício de 2017 serão auditados os demais câmpus.

01- Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT/2015

Avaliação de Riscos: Elaborar o RAINT, referente ao exercício de 2015, evitando o não cumprimento da IN 01/2007 – CGU.

Relevância em Relação à Instituição: Para o administrador público, é um importante instrumento que auxilia à gestão, na medida em que se pode ajudar a entidade a alcançar suas metas, proporcionando-lhe informações, análises e recomendações, facilitando o processo de gestão. Para a Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo/CGU/SP, permite avaliar o trabalho desenvolvido pela Unidade de Auditoria Interna.

Origem da demanda: Conselho Superior e CGU-SP.

Objetivo da Auditoria: Apresentar os resultados dos trabalhos desenvolvidos nas ações previstas constantes no Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna – PAINT – 2015 com suas devidas implementações.

Escopo do trabalho: Relato de todas as atividades executadas, recomendações e implantações nas áreas auditadas.

Local: Unidade de Auditoria Interna do IFSP.

Recursos Humanos Empregados: Duas servidoras.

Horas/Homem: 296 horas

Período Previsto: Início 04/01/2016 e Término 29/02/2016 – 37 dias x 8 horas = 296

02 – Continuidade de ações previstas no PAINT/2015 não concluída no mesmo exercício.

Avaliação de Riscos: Descumprimento das ações planejadas para o exercício e trabalhos de auditoria não concluídos.

Relevância em Relação à Instituição:

Origem da Demanda: Unidade de Auditoria Interna.

Objetivos da Auditoria: Concluir o trabalho de auditoria iniciado no exercício anterior, que não será encerrado no mesmo exercício.

Escopo do trabalho: Continuidade das atividades de auditoria da Gestão de Contratos.

Local: Gerência de Compras e Contratos – Coordenadoria de Compras e Contratos e Coordenadoria Administrativa dos câmpus.

Recursos Humanos Empregados: Uma servidora.

Horas/Homem: 114 horas

Períodos Previstos: Início 04/01/2016 e Término 29/01/2016 – 19 dias x 6 = 114 horas

03- Relatório de Gestão – Exercício/2015
Avaliação de Riscos: Rejeição do Relatório de Gestão da Instituição.
Relevância em Relação à Instituição: Ação prevista nas normas legais, que indicam que a unidade de auditoria interna deve emitir parecer sobre a prestação de contas da Instituição.
Origem da Demanda: TCU.
Objetivos da Auditoria: Emitir parecer sobre a prestação de contas em atendimento às normas legais e estatutárias. Como resultado, pretende-se que o IFSP cumpra integralmente o disposto nas normas do TCU relacionadas às prestações de constas.
Escopo do trabalho: Verificação de atendimento das exigências do TCU com relação ao relatório de gestão e o processo de prestação de contas. Serão verificadas 100 % das peças que compõem o processo de prestação de conta.
Local: Unidade Auditoria Interna do IFSP.
Recursos Humanos Empregados: Uma servidora.
Horas/Homem: **168 horas**
Período Previsto: Início 01/03/2016 e Término 31/03/2016 – 21 dias x 8 horas = 168 horas.

04-Monitoramento das Recomendações da CGU/SP e do TCU.
Avaliação de Riscos: Inobservância das recomendações feitas pelos órgãos de controle e da falta de atendimento do que foi proposto no plano de providências da CGU e também nas determinações do TCU.
Relevância em relação à Instituição: As recomendações e determinações enviadas pelos órgãos de controle são de fundamental importância para a melhoria dos procedimentos administrativos envolvidos nos controles das aplicações dos recursos públicos e no cumprimento à legislação, em busca da eficiência.
Origem da demanda: Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo e Tribunal de Contas da União.
Objetivos: Acompanhar e orientar os atendimentos em relação às implantações das recomendações da CGU e das determinações do TCU, garantindo a aderência à legislação e à regulação da aplicação dos recursos públicos, de modo a evitar sanções aos responsáveis no caso de não cumprimento de implantação pela Instituição. Consolidar as respostas e enviá-las à CGU.
Escopo do trabalho: Atendimento 100% de acordo com a demanda.
Local: São Paulo
Recursos Humanos Empregados: Uma servidora.
Horas/Homem: **126 horas**
Período Previsto: Início 01/03/2016 e Término 31/03/2016 – 6 horas x 21 dias = 126 horas.

05-Gestão de Recursos Humanos – Adicionais de Insalubridade e Periculosidade
Avaliação de Riscos: Inobservância dos procedimentos legais e formais vigente nos pagamentos indevidos em concessões de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores.
Relevância em Relação à Instituição: Garante que a Instituição se preserve contra pagamentos ilegais na concessão ao servidor.
Origem da Demanda: Unidade de Auditoria Interna.
Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos e controles internos relacionados ao pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, visando certificar se não há pagamentos indevidos, se os processos de pagamentos estão corretamente instruídos e se os controles internos são suficientes para minimizar tais riscos.
Escopo do trabalho: Analisar no mínimo três servidores que recebem estes benefícios, considerando a folha de pagamento do mês de junho de 2016, por câmpus e Reitoria.
Local: Diretoria de Gestão de Pessoas

Recursos Humanos Empregados: Uma servidora
Horas/Homem: 270 horas
Períodos Previstos: Início 01/03/2016 e Término 06/05/2016 – 45 dias x 6 horas = 270 horas.

06- Gestão de Contratos de Serviços Terceirizados de Duração Continuada.
Avaliação de Riscos: Risco de ineficácia da fiscalização e gestão dos contratos, com possibilidade de pagamento sem a execução dos serviços.
Relevância em Relação à Instituição: Averiguar a eficácia e oportunidade de melhorias nos controles dos contratos de serviços terceirizados de duração continuada.
Origem da Demanda: Unidade de Auditoria Interna
Objetivo da Auditoria: Verificar a conformidade da gestão e da fiscalização dos contratos de serviços terceirizados com os requisitos legais e regulamentares. Como resultado, pretende-se que o IFSP aperfeiçoe a gestão e a fiscalização dos contratos.
Escopo do trabalho: Analisar no mínimo dois processos de contratos de serviços terceirizados de duração continuada por câmpus e reitoria, em vigor até fevereiro de 2016
Local: Pró-Reitoria de Administração e Gerência Administrativa dos campi.
Recursos Humanos Empregados: Uma servidora.
Horas/Homem: 464 horas.
Períodos Previstos: Início 01/03/2016 e Término 25/05/2016 – 58 dias x 8 = 464 horas;

07-Monitoramento das Recomendações da Unidade de Auditoria Interna
Avaliação de Riscos: O não atendimento às recomendações da Unidade de Auditoria Interna pode fazer com que a CGU-SP registre, em seus relatórios, falhas da gestão e aponte os possíveis responsáveis.
Relevância em Relação à Instituição: As recomendações da Unidade de Auditoria Interna é um importante instrumento de melhoria dos processos operacionais, de aderência à legislação, e contribui para a melhoria na aplicação de recursos públicos.
Origem da Demanda: Unidade de Auditoria Interna.
Objetivo da Auditoria: Emitir Plano de Providências, referentes aos relatórios de auditoria da UADIN, a fim de verificar se as recomendações estão sendo implantadas.
Escopo do trabalho: Acompanhamento de 100% das recomendações emitidas pela UADIN.
Local: Reitoria e campi.
Recursos Humanos Empregados: Uma servidora.
Horas/Homem: 582 horas
Períodos Previstos: Início 01/04/2016 e Término 31/07/2016 – 67 dias x 6 horas = 402 horas
Início 03/11/2016 e Término 23/12/2016 – 30 dias x 6 horas = 180 horas

08- Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços – OBRAS
Avaliação de Riscos: Superfaturamento de preços, conluio entre licitantes, descrição de objeto mal formulado, ocasionando a aquisição de serviços de baixa qualidade e, ainda, direcionamento da licitação de serviços sem a devida justificativa e o não atendimento aos dispositivos da legislação.
Relevância em Relação à Instituição: É considerada a área mais relevante pelos riscos envolvidos e porque envolve grande recursos da Instituição de capital, que são aplicados via licitação.
Origem da Demanda: Unidade de Auditoria Interna.
Objetivos da Auditoria: Verificar as contratações públicas de obras e serviços de engenharia, quanto ao cumprimento da legalidade, legitimidade, sustentabilidade ambiental, os contratos, termos aditivos e pagamentos.
Escopo do trabalho: Analisar 20% dos processos licitatórios de obras concluídos até junho de 2016 do IFSP, nas ações 2031.20RL e 20RG, os contratos e os pagamentos.

Local: Diretoria de Desenvolvimento e Administração/DIE, Diretoria de Desenvolvimento e Infraestrutura/DIE e câmpus.
Recursos Humanos Empregados: Uma servidora.
Horas/Homem: 504 horas
Período Previsto: Início 01/07/2016 e Término 30/11/2016 – 84 dias x 6 horas = 504

09- Gestão Operacional - Gestão de Extensão
Avaliação de Riscos: As metas institucionais de extensão não alcançadas, definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e projetos que não atendem à finalidade de extensão.
Relevância em Relação à Instituição: Resultados nas ações propostas e benefícios gerados para as comunidades externas e internas.
Origem da Demanda: Unidade de Auditoria Interna
Objetivo da Auditoria: Verificar o acompanhamento do atingimento das metas/execução dos projetos de extensão elaborados pelos docentes do IFSP e Avaliar a programação dos objetivos, metas e resultados institucionais de extensão que são adequados e eficazes.
Escopo do trabalho: Verificar o atingimento das metas da Pro-Reitoria de Extensão, por meio de 10% dos projetos de extensão do IFSP.
Local: Pró-Reitoria de Extensão e câmpus
Recursos Humanos Empregados: Uma servidora.
Horas/Homem: 368 horas
Período Previsto: Início 01/07/2016 e Término 30/09/2016 – 46 dias x 8 horas = 368 horas.

10-Gestão de Recursos Humanos – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes
Avaliação de Riscos: Irregularidade no ressarcimento parcial aos servidores que são beneficiados com Assistência Médica, ocasionando ressarcimentos indevidos ao servidores ativos e inativos e seus dependentes e pensionistas.
Relevância em Relação à Instituição: No sentido de evitar uma gestão ineficaz dos recursos públicos quanto aos procedimentos de ressarcimentos parciais do benefício aos servidores ativos, inativos e seus dependentes e pensionistas.
Origem da Demanda: Unidade de Auditoria Interna.
Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos e controles internos relacionados ao ressarcimento parcial do valor despendido pelo beneficiário de Assistência Médica, visando certificar se não há ressarcimentos parciais indevidos e se os controles internos são suficientes para minimizar tais riscos.
Escopo do trabalho: Analisar no mínimo dois servidores ativos que recebem estes benefícios, por câmpus e Reitoria, 20 servidores inativos e 10 pensionistas, considerando a folha do mês de junho de 2016.
Local: Diretoria de Gestão de Pessoas da Reitoria e Coordenadores da Gestão de Pessoas dos câmpus.
Recursos Humanos Empregados: Uma servidora
Horas/Homem: 348 horas
Períodos Previstos: Início 01/08/2016 e Término 30/10/2016 – 58 dias x 6 horas = 348 horas.

11-Elaboração do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT/2017
Avaliação de Riscos: Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT do exercício de 2016, evitando o não cumprimento da IN 01/2007 – CGU.
Relevância em Relação à Instituição: Permitir ao gestor e à CGU-SP acompanhar os trabalhos e ações programados pela Unidade de Auditoria Interna.
Origem da Demanda: Conselho Superior e CGU/SP
Objetivo da Auditoria: Elaborar o Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna das ações que serão desenvolvidas no exercício de 2017.

Escopo do trabalho: Descrever o planejamento das ações previstas nas áreas de controle da gestão, orçamentária, financeira, patrimonial, recursos humanos e pesquisa a serem auditadas para o exercício posterior.
Local: Unidade de Auditoria Interna
Recursos Humanos Empregados: uma servidora.
Horas/Homem: 152 horas
Período Previsto: Início 05/09/2016 e Término 30/09/2016 – 19 dias x 8 horas = 152

12- Gestão Financeira - Cartão Corporativo
Avaliação de Riscos: Utilização indevida dos recursos, desviando-se da finalidade para o qual foi criado.
Relevâncias em Relação à Instituição- Visando evitar uma gestão financeira ineficaz quanto à utilização do cartão corporativo.
Origem da Demanda: Unidade de Auditoria Interna
Objetivo da Auditoria: Avaliar se os servidores responsáveis pelos adiantamentos de suprimento de fundos/cartão corporativo absorveram adequadamente as recomendações contidas no Relatório de Auditoria 001/2015 da Unidade de Auditoria Interna.
Escopo do trabalho: Analisar no mínimo dois processos de concessão de suprimento de fundos, sendo um de materiais e outro de serviços dos Câmpus Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Caraguatatuba, Campos do Jordão, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, do mês de junho de 2016.
Local: Gerência de Administração dos câmpus relacionados acima.
Recursos Humanos Empregados: Uma servidora.
Horas/Homem: 312 horas
Períodos Previstos: Início 17/10/2016 e Término 23/12/2016 – 39 dias x 8 horas = 312 horas.

13 – Reserva Técnica – Ações de caráter contínuo
Risco: Falta de acompanhamento dos trâmites internos dos processos, das decisões do IFSP e da Unidade de Auditoria Interna, possibilidade de descumprimento dos prazos para encaminhamento de solicitações e respostas.
Relevância: O funcionamento eficiente, eficaz e adequado da Unidade de Auditoria Interna proporcionará maior confiabilidade nos trabalhos executados pela equipe.
Objetivo: Atender as diversas atividades administrativas de apoio a procedimentos realizados pela Unidade de Auditoria Interna, bem como assessorar e prestar orientações ao Conselho Superior, Reitoria e câmpus. Suprir a Unidade de Auditoria Interna de carga horária suficiente para o atendimento as suas atividades e as ações que tenham extrapolado a previsão.
- Devido à concentração das férias dos servidores administrativos e docentes no mês de janeiro, quando há dificuldade de acesso a processos e documentos, esse mês ficou reservado para que a equipe da UADIN finalize as atividades pendentes do exercício de 2015.
- Analisar os relatórios de auditoria elaborados pelos auditores;
- Elaborar o Manual de Rotinas da Unidade de Auditoria Interna do IFSP para padronizar as rotinas referentes às atividades e atribuições da UADIN.
- Assessorar e orientar os diversos setores da Instituição, visando à eficiência e eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades.
- Tomar conhecimento dos julgados do Tribunal de Contas da União – TCU e prover os gestores de conhecimentos específicos nas diversas áreas da gestão pública.
- Elaborar os Programas de Auditoria que serão utilizados na realização das auditorias previstas no Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna de 2016, a fim de padronizar os trabalhos da auditoria.
Escopo do trabalho: Realizar as atividades administrativas gerais, atender as solicitações de assessoramento e orientação, bem como proceder a verificação e encaminhamento das denúncias recebidas.
Horas/Homem: 3188

Período Previsto: No decorrer do exercício.

II – AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÕES PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA COM RECURSOS ORIUNDOS DA REITORIA DO IFSP.

Para que os trabalhos de Auditoria Interna sejam realizados adequadamente, é imprescindível que o Auditor Interno tenha o devido preparo técnico. Assim, é necessário aperfeiçoar seus conhecimentos, capacidades e outras competências, mediante um desenvolvimento profissional contínuo.

1- Programação de Ações de Capacitação para 2015

Participação no Fórum Nacional de Auditores Internos – MEC – FONAI. – Promovido pela SFC/MEC.

Justificativa: Promoção de Integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC, seminários e apresentação de trabalhos.

Locais: local a definir

Carga Horária: Esse evento acontece normalmente duas vezes ao ano, sendo um no primeiro semestre de 05 dias e outro no segundo semestre, com 05 dias.

Recurso Humano Empregado: 4 servidores

Horas/Homem: – 280 horas.

Períodos Previstos: Início 30/05/2016 e Término 03/06/2015 – 05 dias – 140 horas,
Início 21/11/2016 e Término 25/11/2016 – 05 dias – 140 horas.

Treinamento na Área de Auditoria Interna - Aperfeiçoamento.

Justificativa: Com o crescimento gradativo da Gestão Pública, a área de Auditoria sempre tenta alcançar ações de desenvolvimento, buscando adaptações de controle e mudanças. Com isso pretende-se adquirir conhecimentos atualizados e seguros, quanto ao processo de Execução Financeira, Contábil e Licitações e na Área de Auditoria Governamental ou afim; proporcionando conhecimento integrado do planejamento das ações.

Locais: a definir

Carga Horária: 05 dias

Recurso Humano Empregado: 4 servidores

Horas/Homem: 140 horas

Período Previsto: Início 29/08/2016 e Término 02/09/2016 – 05 dias – 140 horas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que os trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Auditoria Interna sejam compatíveis com o planejamento, a fim de que os resultados alcançados possam fortalecer a gestão, de forma a agregar valor e a colaborar com a efetividade do IFSP.

De acordo com a Instrução Normativa/SFC nº 01/2001, os órgãos da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Federal deverão possuir, em sua estrutura organizacional, uma Unidade de Auditoria Interna que disponha de suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a Gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e ao Tribunal de Contas da União.

De acordo com a Instrução Normativa/CGU nº 01, de 03 de janeiro de 2007, foi considerado, na elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, o risco, a relevância, a vulnerabilidade e o volume de recursos empregados, portanto, o plano contemplará apenas os câmpus onde as execuções orçamentárias e financeiras estão descentralizadas.

São Paulo, 31 de outubro de 2015.

VANIE DA PAIS DE LIMA
CHEFE DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

XVI - ANEXO IV

CÁLCULO DE HORAS INDIVIDUAIS ÚTEIS NO EXERCÍCIO DE 2016.

Os quadros abaixo destacam as horas de trabalho anuais individuais para desenvolver as ações do PAINT/2016, obtidas por meio do cálculo de distribuição de horas para os cinco servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna, para o exercício de 2016. Para calcular o homem/hora foram considerados os horários dos servidores de oito horas diárias para a Chefe da Auditoria Interna e para a Contadora e de seis horas diárias para as demais servidoras.

NOME DO SERVIDOR	MÊS	QUANTIDADE DE HORAS	CONTROLE DE FÉRIAS		DIAS ÚTEIS EM HORAS	SALDO
			PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS ÚTEIS		
VANILDA PAIS DE LIMA	JAN	08	—	19	152	152
	FEV	08	—	18	144	144
	MAR	08	—	21	168	168
	ABR	08	04 a 20	19	152	48
	MAI	08	—	20	160	160
	JUN	08	—	22	176	176
	JUL	08		21	168	168
	AGO	08		23	184	184
	SET	08	—	21	168	168
	OUT	08	03 a 11	19	152	96
	NOV	08	08 a 11	18	144	112
	DEZ	08	—	17	136	136
TOTAL			**192**	**238**	**1904**	**1712**

ALESSANDRA VAZ FERREIRA	JAN	06	*04 a 22	19	114	24
	FEV	06	—	18	108	108
	MAR	06	—	21	126	126
	ABR	06	—	19	114	114
	MAI	06	—	20	120	120
	JUN	06	—	22	132	132
	JUL	06	*11 a 22	21	126	66
	AGO	06	—	23	138	138
	SET	06	—	21	126	126
	OUT	06	—	19	114	114
	NOV	06	—	18	108	108
	DEZ	06	—	17	102	102
TOTAL			**150**	**238**	**1428**	**1278**

*A servidora Alessandra Vaz Ferreira gozará 28 dias, saldo de suas férias do exercício de 2015.

NOME DO SERVIDOR	MÊS	QUANTIDADE DE HORAS	CONTROLE DE FÉRIAS		DIAS ÚTEIS EM HORAS	SALDO
			PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS ÚTEIS		
CARINA RIBEIRO DE CASTRO	JAN	06	—	19	114	114
	FEV	06	—	18	108	108
	MAR	06	—	21	126	126
	ABR	06	—	19	114	114
	MAI	06	**09 a 25	20	120	42
	JUN	06	—	22	132	132
	JUL	06	—	21	126	126
	AGO	06	—	23	138	138
	SET	06	—	21	126	126
	OUT	06	13 a 24	19	114	66
	NOV	06	—	18	108	108
	DEZ	06	—	17	102	102
TOTAL			**126**	**238**	**1428**	**1302**

NUEMIS FRANCISCO	JAN	08	—	19	152	152
	FEV	08	15 a 26	18	144	64
	MAR	08	—	21	168	168
	ABR	08	—	19	152	152
	MAI	08	—	20	160	160
	JUN	08	—	22	176	176
	JUL	08	—	21	168	168
	AGO	08	—	23	184	184
	SET	08	12 a 29	21	168	56
	OUT	08	—	19	152	152
	NOV	08	—	18	144	144
	DEZ	08	—	17	136	136
TOTAL			**192**	**238**	**1904**	**1712**

**A servidora Carina Ribeiro de Castro gozará de 17 dias, saldo de férias do exercício de 2015.

NOME DO SERVIDOR	MÊS	QUANTIDADE DE HORAS	CONTROLE DE FÉRIAS		DIAS ÚTEIS EM HORAS	SALDO
			PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS ÚTEIS		
ELIANE GOMES DE OLIVIERA	JAN	06	—	19	114	114
	FEV	06	—	18	108	108
	MAR	06	***14 a 24	21	126	78
	ABR	06	—	19	114	114
	MAI	06	—	20	120	120
	JUN	06	—	22	132	132
	JUL	06	—	21	126	126
	AGO	06	—	23	138	138
	SET	06	08 a 23	21	126	54
	OUT	06	—	19	114	114
	NOV	06	—	18	108	108
	DEZ	06	—	17	102	102
TOTAL			120	238	1428	1308
TOTAL GERAL			780	1190	8092	7312

***A servidora Eliane Gomes de Oliveira gozará 11 dias, saldo de suas férias do exercício de 2015.

São Paulo, 31 de outubro de 2015.

VANILDA PAIS DE LIMA
CHEFE DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA